

12 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

Beto Richa, irmão e esposa são presos em operação do Gaeco

Prisão temporária atende investigação do MP
de suposto direcionamento
de licitação em programa de gestão
do ex-governador tucano

Rafael Costa
Reportagem Local

Curitiba - O dia 11 de setembro de 2018 entrou para a história da política paranaense como a data em que pela primeira vez um ex-governador do Estado foi preso. Presidente do PSDB estadual e candidato ao Senado pelo partido, Beto Richa foi detido temporariamente na manhã desta terça-feira em seu apartamento em Curitiba, durante operação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), braço do Ministério Público do Paraná.

Além dele, também foram presos a esposa, Fernanda Richa, o irmão, José Richa Filho (o Pepe), um de seus principais secretários, Deonilson Roldo, e mais oito pessoas, entre agentes públicos e empresários (veja gráfico). Uma das prisões ocorreu em Londrina, a do primo do ex-governador, Luiz Abi Antoun. Apenas três

mandados de prisão, dos 15 expedidos pela 13ª Vara Criminal de Curitiba, não foram cumpridos pelo Gaeco.

A operação, batizada de Radiopatrulha, investiga indícios de direcionamento de licitação para beneficiar empresários e pagamento de propina a agentes públicos, além de lavagem de dinheiro e obstrução da Justiça, em um programa estadual de manutenção de estradas rurais entre 2012 e 2014.

A FOLHA confirmou a informação de que no final da tarde Beto, Fernanda, Pepe e mais quatro detidos foram levados ao Complexo Médico Penal de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, onde deveriam cumprir a pena de cinco dias determinada pela Justiça.

Na mesma manhã em que agentes do Gaeco cumpriam a ordem de prisão temporária, Beto Richa também era alvo da 53ª fase da Operação Lava Jato, mas nesse caso os

políciais federais cumpriram mandados de busca e apreensão em seu apartamento e escritório político.

A ação da PF resultou em nova ordem de prisão contra Deonilson Roldo, que foi chefe de gabinete de Richa e apontado pelo Ministério Público Federal como "participante oculto" da campanha do ex-governador ao Senado (*leia na página 4*).

Embora sem ligação entre si, as duas operações atingem em cheio o estafe de uma das principais lideranças políticas do Estado e podem ter impacto direto na campanha eleitoral tanto para o Senado, em que Beto Richa vem aparecendo como o segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto, quanto para o Palácio Iguazu. Afinal, o ex-governador apoia a atual governadora e candidata à reeleição, Cida Borghetti (PP), e teve o líder nas pesquisas, candidato Ratinho Jr. (PSD), como seu secretário de Desenvolvimento Urbano em parte do mandato.

CONTINUA

RADIOPATROLHA

O programa Patrulha do Campo, lançado em 2011, no primeiro ano de gestão de Beto Richa como governador, consistia em serviços de manutenção de estradas rurais por meio de locação de máquinas pelo governo do Estado. Segundo a denúncia do Gaeco, o ex-deputado Tony Garcia, que assinou acordo de colaboração com o MP, detalhou o esquema, que consistia em direcionar a licitação para as empresas envolvidas no esquema, mediante pagamento de propina ao governador e sua equipe. O edital de concorrência, no valor de R\$ 72.190.004,40, foi dividido em três lotes.

Tony Garcia relatou que em 2010, após a eleição de Richa, foi procurado pelos empresários Celso Frare, proprietário da Ouro Verde Transporte e Locação, e o já falecido empresário Osny Pacheco (dono da Cotrans Locação de Veículo) para intermediar uma proposta de implementar o programa com o objetivo de fraudar a licitação, “de modo que as empresas que fizessem parte do esquema criminoso se tornassem vitoriosas, beneficiando os empresários com o desvio de verbas públicas por meio de contratos superfaturados, que então repassariam propina aos agentes do governo como contraprestação.”

Ainda segundo o delator, o então governador Beto Richa aceitou a “proposta fraudulenta” e orientou a Garcia que entrasse em contato com seus homens de confiança, Ezequias Moreira Rodrigues e Deonilson Roldo, e com seu

irmão, Pepe Richa, secretário estadual de Infraestrutura e Logística, para implementar o esquema, “como de fato ocorreu.” “Por sua vez, os empresários Osni Pacheco e Celso Frare cuidaram de orientar a elaboração do processo de licitação de modo a beneficiar suas empresas”, diz a ação. Tony Garcia diz ainda que ao ser desaconselhado pelo ex-governador a participar do certame, convidou o empresário Joel Malucelli, dono da J. Malucelli, a integrar o esquema. Ainda segundo Garcia, a concepção do edital fraudulento foi feita na sede do DER (Departamento de Estradas e Rodagem). A licitação acabou beneficiando Cotrans, Ouro Verde e a Terra Brasil, cujo proprietário era o então secretário de Governo, Edson Casagrande. A J. Malucelli teria sido beneficiada com o repasse de quatro patrulhas rurais, enquanto Tony Garcia ficaria com uma. Segundo a denúncia, a propina recebida pelo casal Beto e Fernanda Richa teria sido lavada na compra de imóveis.

MANDADOS

Os três mandados que não haviam sido cumpridos até o fim da tarde de terça-feira são contra o empresário Joel Malucelli, da construtora J. Malucelli; Edson Casagrande (empresário da Terra Brasil e ex-secretário de Assuntos Estratégicos) e André Felipe Bandeira (procurador de Casagrande). Joel Malucelli informou, em nota, que estava fora do País, em férias, e aguardava orientações dos

advogados. O Ministério Público não informou as razões para o não cumprimento dos outros dois mandados.

A operação também cumpriu 26 mandados de busca e apreensão em Curitiba, Londrina, Santo Antônio do Sudoeste e Nova Prata do Iguaçu. Foram feitas buscas em 16 residências, quatro escritórios, o escritório político de Richa, quatro empresas e a sede do DER-PR (Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná).

Em pronunciamento à imprensa na manhã da operação, o coordenador estadual do Gaeco, Leonir Batisti, não deu detalhes sobre as investigações, dizendo apenas que os mandados de prisão temporária - determinados pela 13ª Vara Criminal de Curitiba - foram expedidos “para o interesse da investigação”. O procurador de Justiça afirmou que a operação está sob sigilo e ressaltou que não há acusação contra os investigados. Ele também não revelou quando os presos seriam ouvidos pela investigação. Mais tarde, por meio da assessoria de imprensa, afirmou que o Gaeco vai analisar os objetos recolhidos durante as buscas - o Ministério Público divulgou imagens de documentos, discos rígidos externos para computador, laptops, notebooks e celulares apreendidos. O braço do Gaeco em Londrina informou que os depoimentos deveriam ser tomados a partir desta quarta-feira (12).

CONTINUA

12 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

No final da manhã, o diretor do IML Paraná, Paulino Pastre, esteve na sede do Gaeco em Curitiba para realizar exames de corpo de delito com os investigados presos. Leonir Batisti explicou que não caberia ao Ministério Público determinar para onde os detidos seriam encaminhados. O Departamento Penitenciário do Estado (Depen) confirmou no final da tarde o encaminhamento de Beto, Fernanda e Pepe Richa, além de mais quatro detidos, ao Complexo Médico Penal em Pinhais. São eles: Ezequias Moreira (ex-secretário de cerimonial de Richa), Aldair Petry, Celso Frare, do grupo Ouro Verde, e o contador Dirceu Pupo.

Questionado por jornalistas, Leonir Batisti afirmou que o Ministério Público está ciente da interferência da operação na eleição, mas disse que o ritmo de investigações da instituição não pode ser interrompido pelo período eleitoral. "Não há uma vedação legal de se fazer investigações no período pré-eleitoral. Eu sei que, quando atinge uma pessoa que é, inclusive, candidata, é óbvio que interfere. Mas de forma alguma podemos parar os trabalhos por motivos dessa natureza", disse.

CONTINUA

COINCIDÊNCIAS

A operação do Gaeco foi deflagrada junto com a 53ª fase da Operação Lava Jato, batizada de Piloto, que também cumpriu mandado de busca e apreensão no apartamento de Beto Richa em Curitiba. Deonilson Roldo, alvo das duas operações, acabou sendo preso preventivamente pela Polícia Federal.

O coordenador do Gaeco sustentou que tratou-se de uma coincidência. "Embora ninguém vá acreditar, são independentes", disse. Sobre a ação na residência do ex-governador, o procurador disse que a busca foi "normal e tranquila".

12 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

AS OPERAÇÕES

RÁDIO PATRULHA ORIGEM Gaeco do Ministério Público do Paraná

Beto Richa	Ex-governador do Paraná
Fernando Richa	Esposa de Richa e ex-secretária estadual da Família e Desenvolvimento Social
Pepe Richa	Irmão de Beto e ex-secretário estadual de Infraestrutura e Logística
Deonilson Roldo	Ex-chefe de gabinete de Beto Richa
Ezequias Moreira	Ex-secretário de cerimonial de Richa
Edson Casagrande	Empresário da Terra Brasil e ex-secretário de Assuntos Estratégicos do Paraná
Luiz Abi Antoun	Parente de Beto Richa
Celso Frare	Empresário do grupo Ouro Verde
Aldair Petry	O Neco
Dirceu Pupo	Contador
Emerson Cavanhago	Laranja de Casagrande
Robinson Savanhago	Laranja de Casagrande
Túlio Bandeira	Procurador de Casagrande

FATOS APURADOS
Segundo o Gaeco, houve direcionamento de licitação para beneficiar empresários e o pagamento de propina a agentes públicos, além de lavagem de dinheiro no programa do governo estadual "Patrulha do Campo", entre 2012 e 2014.

Mandados não cumpridos

Joel Malucelli	Empresário da construtora J. Malucelli
André Felipe Bandeira	Procurador de Casagrande

LAVA JATO (53ª FASE) ORIGEM Ministério Público Federal no Paraná e Polícia

Deonilson Roldo	Preventiva	Ex-chefe de gabinete de Beto Richa
Jorge Theodócio Atherino	Preventiva	Apontado pelo MPF como "operador financeiro" de Richa
Tiago Correia Adriano Rocha	Temporária	Indicado como braço-direito de Atherino

FATOS APURADOS
segundo denúncia oferecida pelo MPF, empresários do grupo Odebrecht realizaram, no primeiro semestre de 2014, acerto de subornos com Deonilson Roldo, para que ele limitasse a concorrência da licitação para duplicação da PR-323, entre os municípios de Francisco Alves e Maringá (Noroeste). Em contrapartida, a Odebrecht pagaria R\$ 4 milhões a Roldo e seu grupo. A investigação apura ainda o envolvimento do ex-governador Beto Rich nos fatos levantados, em relação à utilização de empresas em nome de familiares para movimentação de valores cuja origem está sob apuração.

Fontes: Gaeco e MPF

Folha Arte

CONTINUA

12 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O que dizem os investigados

Rafael Costa

Reportagem Local

A assessoria de imprensa do ex-governador Beto Richa disse, por meio de nota, que sua defesa ainda não sabia a razão das ordens judiciais proferidas contra o tucano, e que ainda não tinha acesso à investigação. Também em nota, o DER-PR, responsável pelas obras do programa Patrulha do Campo, afirmou que está colaborando com as operações do Gaeco e da Lava Jato, e que permanece à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos. O órgão informa que o programa estadual, iniciado em março de 2013, foi encerrado em julho de 2015.

O empresário Joel Malucelli, um dos alvos da operação do Gaeco, declarou por meio de nota divulgada à imprensa que as acusações são injustas. O texto diz que o empresário nega qualquer irregularidade e que sempre esteve à disposição das autoridades para esclarecimentos.

“O empresário desde 2012 se desligou das atividades e rotinas da empresa fundada por ele e se encontra na presente

data em férias, fora do país, aguardando orientação de seus advogados, que ainda não foram notificados oficialmente sobre a operação”, diz a nota. Malucelli nega ter firmado contrato com o Governo do Paraná relacionado às Patrulhas Rurais.

Até o fim da tarde de terça-feira, não havia novos esclarecimentos por parte da defesa do empresário.

O advogado Roberto Brzezinski, que defende Deonilson Roldo, disse ao chegar à sede do Gaeco que ainda não tinha informações sobre a prisão. A reportagem procurou o advogado durante a tarde para obter um novo posicionamento, mas não teve retorno.

Vice de Richa, a governadora Cida Borghetti disse, em nota à imprensa, que não participou de qualquer dos fatos que estão sendo alvos da operação. O texto diz que Cida demitiu o ex-chefe de gabinete Deonilson Roldo e extinguiu a secretaria especial que era ocupada por Ezequias Moreira. A FOLHA não conseguiu contatar as defesas dos demais presos na operação. (R.C.)

CONTINUA

Moro: 'ação oculta' de Roldo justificou prisão

Segundo membros da força-tarefa da Lava Jato, ex-chefe de gabinete seguia trabalhando "de forma oculta" para eleger o tucano ao Senado
Juiz federal negou pedido de prisão para Pepe Richa e ex-secretário de Beto

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A participação de Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB), na campanha que busca eleger o tucano ao Senado foi um dos motivos da deflagração da 53ª fase da Lava Jato, batizada de "Piloto", nessa terça-feira (11). A afirmação é do procurador da República Diogo Castor de Mattos, membro da força-tarefa da Operação, que falou durante coletiva de imprensa na Superintendência da PF (Polícia Federal) em Curitiba. "Piloto" era o codinome atribuído a Richa na planilha de propinas do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht.

Além de Roldo, foram presos Jorge Theodócio Atherino, empresário apontado como operador financeiro do ex-governador, e Tiago Correia Adriano Rocha, indicado como braço-direito de Atherino. Os dois primeiros já eram réus por corrupção ati-

va e passiva, lavagem de dinheiro e fraude em licitação. Todos foram levados na terça mesmo à carceragem da PF. Conforme o MPF (Ministério Público Federal), a empreiteira pagou propina para obter vantagens ilícitas durante a exploração e duplicação da PR-323, entre os municípios de Francisco Alves (Noroeste) e Maringá (Norte), no primeiro semestre de 2014.

"Evidências novas demonstraram que esses investigados continuavam atuando em atividades suspeitas, sendo um deles de forma oculta na coordenação da campanha ao Senado do ex-governador e outro continuando a movimentar valores expressivos em nome de diversas pessoas jurídicas. Então, houve a necessidade de acautelamento da ordem pública, pela evidência da continuidade dessas atividades ilícitas", afirmou o procurador.

Para o MPF, ficou evidenciado o emprego de sofisticados métodos de lavagem de

dinheiro, envolvendo contas no Brasil e no exterior. "A liberdade dos réus coloca em risco a ordem pública". No despacho, o juiz federal Sérgio Moro, responsável pelo julgamento das ações da Lava Jato em primeira instância, escreveu que Roldo participava da articulação política, o que englobava definição de material de campanha, como músicas e jingles, sessões de fotos, agendamento de eventos e aconselhamento de modo geral.

Richa também foi detido nesta terça-feira (12), entretanto, em outra operação, realizada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), do MP (Ministério Público) Estadual, e relacionada ao programa Patrulha do Campo. Os dois órgãos asseguraram que o fato das duas operações terem sido desenhadas no mesmo dia foi mera coincidência.

CONTINUA

12 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Realmente as investigações aconteceram de forma independente. Fomos surpreendidos hoje com esse cumprimento”, comentou o procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima.

No caso da Lava Jato, a PF apenas cumpriu mandados de busca e apreensão no apartamento do ex-governador. Moro autorizou, ainda, buscas e apreensões no Palácio Iguazu e na Celepar (Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná). O MPF chegou a solicitar as prisões de José Richa Filho, o Pepe Richa, e Ezequias Moreira Rodrigues, ex-secretário de cerimonial do tucano, no âmbito da 53ª fase, contudo, o juiz federal negou ambos os pedidos. “O juiz entendeu que ainda não seria o momento. Achou mais prudente decretar medidas menos invasivas”, ponderou Mattos.

A DENÚNCIA

Conforme o MPF, executivos da Odebrecht procuraram Deonilson Roldo em janeiro de 2014 e solicitaram apoio para afastar concorrentes interessados na licitação da PPP (Parceria Público Privada). O braço-direito de Richa teria chamado o executivo da Contern, Pedro Rache, para uma conversa. O encontro foi gravado por Rache e o áudio transcrito na denúncia.

“Houve suposto direcionamento da licitação, por conta desse direcionamento, uma espécie de ‘toma lá dá cá’”, resumiu o delegado Felipe Eduardo Hideo Hayashi, che-

fe da Delecor (Delegacia de Repressão a Corrupção e Crimes Financeiros). De acordo com ele, a perícia apontou elementos conclusivos muito fortes de que a voz da gravação é do ex-chefe de gabinete. “São indicativos concretos de favorecimento mediante fraude”, completou.

OUTRO LADO

O advogado Roberto Brzezinski Neto, que representa Deonilson Roldo, disse considerar a prisão desnecessária. “O que me chama a atenção é que, logo depois da imprensa divulgar o pretensão áudio entre ele e o empresário, nós fizemos uma petição ao juízo nos colocando à disposição para prestar esclarecimentos tanto ao juiz quanto ao MP e ele jamais foi intimado”. Segundo o advogado, seu cliente está muito abalado com tudo. “Essa obra não foi realizada, nenhum centavo de dinheiro público foi gasto nessa obra. Outros detalhes sobre isso vou me manifestar nos autos do processo”.

O advogado Carlos Alberto Farracha de Castro, defensor de Jorge Theodócio Atherino, foi na mesma linha. “Por enquanto, ainda estamos analisando todo o processo. Porém, chama a atenção uma medida tão drástica de suposta situação ocorrida em 2014, principalmente pelo fato de que meu cliente é primário, possui residência fixa e sempre atendeu todas as intimações do Poder Judiciário. Minha preocupação é a inversão da ordem constitucional, ou seja, primeiro condena e prende, para depois julgá-lo.” A reportagem da FOLHA não conseguiu contato com a defesa de Tiago Correia Adriano Rocha.

12 SET 2018

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Sem espanto

Há tantas e tão variadas acusações contra o ex-governador Beto Richa que sua prisão não espanta, mas não deixa de impactar, ainda mais em dupla com a esposa e de boa parte da equipe mais próxima. Surpreende a coincidência, já que se trata de outro processo, e da órbita federal da Lava Jato, a prisão do ex-chefe de gabinete, Deonilson Roldo, o que dá toda impressão de operação articulada, junto à mais importante e menos conhecida, a do Gaeco.

Como sempre Beto Richa se diz indignado, sem falar no padecimento familiar a que se submete nessa contingência. Dele se sabe do caso da "Quadro Negro" em que é encalacrado por um ex-amigo, inclusive de viagens internacionais, Maurício Fanini. De sua relação lúdico-automobilística com o copiloto Marcio Albuquerque Lima (condenado a mais de 90 anos na Publicano acusado de comandar desvios da Receita Estadual) e das ações trêfegas do primo cada vez mais distante Luis Abi Antoun e do Ezequias Moreira, aquele que envolveu a sogra numa trapaça.

O nome da operação "Piloto" é uma referência ao codinome do ex-governador nos arquivos de operações estruturadas da Odebrecht, alusão ao seu apego automobilístico, primeiro por kart e depois pelos bólidos da fórmula 1.

O problema maior reside no conhecimento quase nulo da operação com direcionamento de licitações de estradas rurais e de cuja consistência não há como avaliar pela circunstância do processo tramitar em segredo de justiça. Advogados prometiam ingressar no Tribunal de Justiça com pedido de habeas corpus, uma abertura qualquer como essa ou de falha processual tende a favorecer Beto Richa que na prisão certamente não terá a idolatria que se concede ao ex-presidente Lula.

PSDB onerado

O candidato presidencial Geraldo Alckmin admite que a prisão de Beto Richa, um dos principais quadros do partido, o PSDB, afeta sua campanha. Sua posição é como a da governadora Cida Borghetti (PP) no sentido de que responsabilidades pessoais devam ser rigorosamente apuradas.

Operação de guerra

Se não houvesse a prisão dos políticos do Paraná pelo Gaeco e a Lava Jato a peça maior do noticiário seria a operação na Penitenciária de Piraquara com a ousadia de uma guerra com ataque de explosivos, queima de caminhões e resgate de 29 presos, revelação de que todo aparato moderno colocado a serviço do Depen na área de segurança é vulnerável.

12 SET 2018

TRIBUNA DO PARANÁ

A CASA CAIU

Prisão do ex-governador Beto Richa
e seus principais homens de confiança
joga por terra aquele que era visto como
o político da nova geração

Casal Richa foi transferido ontem à noite para o Regimento Coronel Dulcídio da Polícia Montada.

✎ Eduardo Luiz Klisiewicz
eduardok@tribunadoparana.com.br

O ex-governador Beto Richa (PSDB), candidato ao Senado nas eleições deste ano, puxou a fila das 12 pessoas que foram presas ontem suspeitas de integrarem um complexo esquema de corrupção enraizado dentro do Governo do Paraná. A notícia caiu como uma bomba na história até então imaculada daquele que por anos foi apontado como a principal liderança da nova geração de políticos do Paraná.

Alguns dos outros presos faziam parte do mais alto escalão da gestão Richa, como a esposa de Beto, Fernanda Richa, seu irmão, Pepe Richa, seu primo, Luiz Abi Antoum e seus "homens de confiança", Deonilson Roldo (ex-chefe de gabinete) e Ezequias Moreira (ex-secretário de cerimonial). O sobrenome "Richa" recebe um duro golpe justamente no dia em que o também ex-governador José Richa, pai de Beto e Pepe, completaria 84 anos se vivo estivesse.

Ao todo, foram emitidos 15 mandados de prisão preventiva e 26 de busca e apreensão a pedido do Ministério Público Estadual em Curitiba, Londrina, Santo Antônio do Sudoeste e Nova Prata do Iguçu. Ao

mesmo tempo em que o Gae-co chegou à casa de Richa para efetuar sua prisão, a Polícia Federal deflagrou a "Operação Piloto", 53ª fase da Lava Jato. Os policiais foram ao mesmo tempo executar um mandado de busca e apreensão de documentos.

A prisão de Richa foi decorrente de denúncias feitas pelo delator Nelson Leal Júnior, ex-diretor do Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná. Nelson foi preso na 48ª fase da Lava Jato, em fevereiro, e em maio firmou um termo de colaboração premiada. Além disso, o juiz Fernando Fischer, da 13ª Vara Criminal de Curitiba, decidiu pedir a prisão por entender que Richa é o chefe da organização criminosa após delação de Tony Garcia, que detalhou como funcionava o esquema.

"Há substratos nos autos que apontam que os investigados se associaram para constituir uma organização criminosa hierarquizada, que mediante divisão de tarefas, realizaram crimes de fraude à licitação, corrupção, lavagem de dinheiro, dentre outros", afirmou o magistrado na decisão.

Lançado em 2012, o programa licitava o uso de máquinas como tratores e escavadeiras

para a realização de obras e reparos em estradas rurais. Algumas empresas pagavam propina para vencer as licitações.

Ainda no âmbito da operação que prendeu Richa, foram cumpridos os mandados de prisão de Celso Frare (empresário), Aldair W. Petry, Dirceu Pupo (contador), Emerson e Robinson Savanhago (empresários) e Túlio Bandeira (advogado). Joel Malucelli, dono da construtora J.Malucelli, está fora do país, enquanto André Felipe Bandeira e Edson Casagrande (ex-secretário de Assuntos Estratégicos) são aguardados para cumprimento do mandado.

Segundo a advogada Antônia Lélia Neves Sanches, representante de Richa, o ex-governador está sereno e sempre esteve à disposição para esclarecimentos. Os representantes tentam conseguir um habeas corpus para que a família Richa seja solta o mais breve possível.

CONTINUA

12 SET 2018

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

'Operação Piloto'

Junto com a operação que levou Richa a ser preso, a Polícia Federal deflagrou a Operação Piloto. O objetivo é aprofundar as investigações sobre a prática de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e fraude à licitação referentes à duplicação da PR-323, favorecendo a empresa Odebrecht.

Deonilson Roldo, que também foi preso na operação do Gaeco, é acusado de organizar o acerto de subornos para limitar a concorrência da licitação para duplicação da PR-323. Em contrapartida, a Odebrecht pagaria R\$ 4 milhões a Roldo e ao seu grupo.

No despacho que autoriza a prisão, o juiz Sérgio Moro ressaltou que apesar de não ocupar cargo nenhum no governo atual, Deonilson seguia coordenando a campanha de Richa ocultamente. "É certo que Deonilson Roldo não mais ocupa elevado cargo na estrutura do Governo do Estado do Paraná. Entretanto, permanece integrante do mesmo grupo político, com perspectivas de retorno a posição de poder e, por conseguinte, à prática de novos delitos associados à corrupção sistêmica". O pedido de prisão de Deonilson tem como objetivo estancar a corrupção e os crimes que ainda estão sendo cometidos.

Transferência

A defesa do casal Richa entrou com um pedido de habeas corpus, que foi analisado pelo desembargador Laertes Ferreira Gomes do Tribunal de Justiça do Paraná. Ele determinou apenas a transferência do casal do Complexo Médico Penal, em Pinhais, para o Regimento Coronel Dulcídio da Polícia Montada.

12 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

Ex-governador

Beto Richa e aliados do tucano são presos em operação no PR

Candidato ao Senado pelo PSDB foi alvo de ações da Promotoria e da PF; Richa fala em 'oportunismo'

Géssica Brandino e
Estelita Hass Carazzai

SÃO PAULO E CURITIBA O ex-governador do Paraná Beto Richa, atual candidato ao Senado pelo PSDB, foi preso temporariamente na manhã desta terça-feira (11) por suspeita de fraude em licitação de obras de estradas rurais no estado.

Na ação feita a pedido do Gaeco (grupo de combate ao crime organizado) do Ministério Público do estado, também foram presos a mulher dele, Fernanda Richa; o irmão de Richa e ex-secretário de Infraestrutura, Pepe Richa; o ex-chefe de gabinete, Deonilson Roldo; e o ex-secretário Ezequias Moreira.

Ao todo, 15 pessoas foram alvo de mandados de prisão temporária, ordenados pela Justiça Estadual do Paraná —no mesmo dia, a gestão de Richa também foi alvo de nova fase da Operação Lava Jato.

As prisões atingem figuras-chave no entorno do tucano, que estava em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto para o Senado no Paraná, com 28%, segundo o último levantamento do Ibope.

Fernanda Richa era um dos principais cabos eleitorais do ex-governador. Ex-secretária da Família, era popular nas periferias e entre populações atendidas pelo governo.

Pepe Richa comandou a superpasta da Infraestrutura, que reuniu Transportes, DER (Departamento de Estradas de Rodagem) e a superintendência do Porto de Paranaguá.

Roldo, por sua vez, que também foi alvo de um mandado de prisão preventiva na Lava Jato nesta terça, era considerado o homem-forte do ex-governador e um de seus principais articuladores políticos.

O procurador Leonir Batisti, coordenador do Gaeco, negou que a data de deflagração da operação tenha sido intencional. "Não há vedação legal para fazer investigação no período eleitoral", afirmou. "Não podemos parar os trabalhos por motivos dessa natureza."

A lei eleitoral prevê que, a contar de 15 dias antes da eleição, os candidatos só sejam presos em caso de flagrante. Esse prazo passará a valer apenas no dia 22 de setembro.

O ex-governador tucano é suspeito de ter participado de fraudes no programa Patrulhas do Campo, de recuperação e abertura de estradas rurais no interior do estado.

"É aquele padrão: licitação dirigida, pagamento de propina e eventual lavagem de dinheiro", afirmou Batisti.

O Patrulhas do Campo cedia máquinas como escavadeiras, tratores e motoniveladoras a municípios do in-

terior, para a abertura e manutenção de estradas rurais.

Pelo menos 2.000 km de estradas foram recuperados ou abertos por meio do programa desde a primeira gestão de Richa, que governou o Paraná entre 2011 e 2018.

Os crimes teriam sido cometidos entre 2012 e 2014, de acordo com o Gaeco.

Entre os alvos de prisão também estiveram empresários —incluindo Joel Malucelli, suplente do senador e candidato à Presidência pelo Podemos, Alvaro Dias, mas que estava em viagem a trabalho na Itália. Ele negou envolvimento em irregularidades.

A investigação apura os crimes de fraude à licitação, corrupção, lavagem de dinheiro e obstrução de Justiça.

As prisões são temporárias e valem por cinco dias, que são prorrogáveis. O processo corre em segredo de Justiça.

Em outra investigação, a gestão de Richa foi alvo nesta terça de nova etapa da Lava Jato, conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, batizada de Operação Piloto —em referência a suposto apelido do tucano na planilha de propinas da empreiteira Odebrecht.

CONTINUA

12 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Os investigadores negaram que tenham combinado as duas operações desta terça. “Embora ninguém vá acreditar, foram independentes”, disse Baptista, do Gaeco. “Foi uma mera coincidência”, afirmou o delegado Felipe Hayashi, da PF.

O tucano e membros de sua família foram alvos de mandados de busca e apreensão da PF. Houve mandados de prisão contra Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete de Richa.

A investigação mira pagamentos indevidos de pelo menos R\$ 3,5 milhões, em espécie, para obras da rodovia PR-323. Segundo a Procuradoria, o valor foi pago em 2014 pela Odebrecht em troca do direcionamento da licitação.

Roldo é apontado como “o principal operador do esquema de arrecadação de recursos ilícitos de empresas fornecedoras do governo do estado”, escreveu o juiz Sergio Moro, em despacho.

O tucano Beto Richa é filho de José Richa (1934-2003), ex-governador do Paraná (1983-1986) e um dos fundadores do PSDB. Natural de Londrina (PR), Richa é formado em engenharia civil pela PUC-PR.

Além do PSDB, já passou por PTB e PFL. Eleito prefeito de Curitiba em 2004 pelo PSDB, reelegeu-se em 2008 e deixou o cargo em 2010 para se candidatar, com sucesso, ao governo — sendo reeleito em 2014.

Para defesa de tucano, Ministério Público age de forma oportunista

OUTRO LADO

A advogada Antonia Lélia Neves Sanches, que defende Richa, acusou o Ministério Público de “oportunismo” ao deflagrar a prisão em período eleitoral. “Não há vedação [legal]. Há oportunismo”, declarou. “Não há razão para esse procedimento, especialmente em período eleitoral.”

Sanches disse que o ex-governador está sereno e que sempre se dispôs a prestar esclarecimentos à Justiça. Ela deve entrar com um pedido de habeas corpus para libertá-lo.

O advogado de Pepe Richa, Antonio dos Santos Junior, não quis falar, bem como a defesa do ex-secretário Ezequias Moreira. O defensor de Deonilson Roldo, Roberto Brzezinski Neto, disse que seu cliente sempre se colocou à disposição da Justiça e que jamais foi intimado para depor. Ele nega irregularidades.

TIROTEIO

“Beto Richa passa agora por duas experiências novas: a prisão e a obrigação de ter de se levantar cedo”

Do senador Roberto Requião (MDB-PR), sobre a prisão do tucano, ex-governador do Paraná e candidato ao Senado, nesta terça-feira (11)

12 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

STF rejeita denúncia contra Bolsonaro por acusação de racismo

Maioria dos ministros do Supremo entendeu que declarações dadas em palestra não extrapolaram liberdade de expressão

Reynaldo Turolo Jr.

BRASÍLIA Por 3 votos a 2, a Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitou denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o deputado e candidato a presidente Jair Bolsonaro (PSL), que foi acusado do crime de racismo em relação a quilombolas e refugiados.

O julgamento começou no último dia 28 e foi suspenso por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. Na ocasião, o placar estava empatado em 2 a 2. Nesta terça (11), Moraes trouxe seu voto pela rejeição da acusação.

“Apesar do erro das declarações, não me parece que a conduta teria extrapolado os limites para um discurso de ódio, de incitação ao racismo, de xenofobismo”, afirmou.

Os ministros Marco Aurélio, relator do processo, e Luiz Fux já tinham votado por rejeitar a denúncia. Do outro lado, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber foram favoráveis ao recebimento da denúncia (em relação somente aos quilombolas) e consequente abertura de ação penal, mas acabaram vencidos.

A acusação de racismo resultou de declarações dadas em uma palestra no Clube Hebraica do Rio no ano passado. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, denunciou

o militar reformado em abril deste ano. Para ela, Bolsonaro “usou expressões de cunho discriminatório, incitando o ódio e atingindo diretamente vários grupos sociais”.

Marco Aurélio, Fux e Moraes entenderam que as declarações se deram dentro dos limites da liberdade de expressão. Já Barroso e Rosa consideraram que elas ultrapassaram a fronteira do crime, enquadrando-se no artigo 20 da Lei do Crime Racial, com pena prevista de 1 a 3 anos de reclusão.

Para a PGR, Bolsonaro destilou preconceito contra as mulheres ao dizer: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”.

A acusação também questionou o que considerou discurso de ódio contra quilombolas. “Eu fui em um quilombola [na verdade, quilombo] em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas”, disse Bolsonaro. Ele também declarou que quilombolas “nem para procriador eles servem mais”.

O advogado Antônio Sérgio Pitombo, que defendeu Bolsonaro da tribuna, disse que o que estava em jogo era o direito de se expressar. “O que se está a julgar não é crime de racismo. É a liberdade de expressão. Não estaríamos transformando o discurso do ódio no ódio ao discurso?”

HORA MARCADA

A corregedoria do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), o órgão que fiscaliza e controla as atividades de procuradores e promotores, deve apurar eventuais irregularidades na atuação de alguns deles contra políticos que disputam a campanha eleitoral.

LUZ, CÂMARA Em um memorando encaminhado ao órgão, Luiz Fernando Bandeira de Mello, conselheiro do CNMP, cita ações propostas contra os presidentes Fernando Haddad, do PT, Geraldo Alckmin, do PSDB, e a prisão do ex-governador e candidato ao Senado pelo Paraná, Beto Richa (PSDB-PR).

MARCHA Mello quer que sejam analisados “o tempo decorrido entre a suposta prática dos crimes delituosos e a propositura das ações”, para saber se elas foram aceleradas para causar “eventual impacto nas eleições”.

HOLOFOTE No pedido de averiguação, o conselheiro diz ser “evidente” que um promotor deve ajuizar uma ação se ela, “por acaso”, estiver concluída “à época da eleição”. “Mas também não pode reativar um inquérito que dormiu por meses ou praticar atos em atropelo apenas com o objetivo de ganhar os holofotes durante o período eleitoral”, afirma.

BULA E o CNMP abriu um processo disciplinar contra o promotor Fernando Krebs, de Goiás, que chamou o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), de “maior laxante do Brasil”.

BULA 2 Krebs já responde a queixa-crime apresentada contra ele pelo magistrado. Em sua defesa, o promotor afirma que exerceu apenas o seu direito à liberdade de expressão e à crítica.

Dodge defende arquivar inquérito sobre Aécio

SÃO PAULO A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, defendeu em manifestação encaminhada na segunda (10) ao Supremo Tribunal Federal que seja arquivado o inquérito sobre o senador Aécio Neves (PSDB-MG), no qual ele era investigado sob suspeita de atuar para maquiagem fatos ilícitos dos tucanos para esconder a relação do partido com o Banco Rural na CPMI dos Correios, em 2005.

A CPMI investigava pagamentos feitos pelo PT à base de apoio do então presidente Lula (PT). À época, Aécio era governador de MG. O esquema que o Banco Rural tinha com o PT, de adiar sucessivamente a cobrança do empréstimo, também funcionava com o PSDB de Minas, de acordo com decisões do Supremo.

Dodge diz que a PF não encontrou provas que comprovem as declarações do ex-senador petista Delcídio do Amaral em delação assinada em fevereiro de 2016. É o segundo inquérito contra Aécio aberto a partir da delação de Delcídio a ser arquivado por falta de provas. Em 29 de junho, o ministro do STF Gilmar Mendes mandou arquivar uma investigação que apurava relações ilícitas de Aécio com Furnas.

Em nota, Aécio diz que a “PGR fez justiça demonstrando a irresponsabilidade de denúncias sem fundamento e de inquéritos abertos sem que haja indícios mínimos que os justifiquem e que servem apenas para gerar desgastes e explorações políticas.”

12 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

TRF decide que docente preso pela PF pode retornar à UFSC

Professor preso por um dia na Ouvidos Mucos
está afastado desde setembro

Wálter Nunes

SÃO PAULO A 7ª Turma do TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) decidiu nesta terça-feira (11) que o professor Marcos Baptista Lopez Dalmau pode voltar ao trabalho na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), de onde estava afastado desde o final do ano passado.

Dalmau foi preso em 14 de setembro junto de outros cinco professores e o reitor da universidade, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, todos alvos da Operação Ouvidos Mucos, que prometia desvendar um esquema milionário de desvios de verbas da educação.

A prisão dos acadêmicos durou apenas um dia, mas os alvos foram proibidos de voltar à universidade desde então. O reitor, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, atirou-se do sétimo piso de um shopping de Florianópolis 18 dias após o encarceramento. No bolso da calça, trazia um bilhete dizendo que sua morte foi decretada quando o afastaram da UFSC.

A decisão dos juízes do TRF4 é a primeira favorável a um docente da universidade atingido pela operação. Dalmau voltará ao trabalho, mas continua impedido de receber verba de bolsas de estudo até que se termine a investigação.

Outros cinco ainda continuam sem poder entrar na UFSC, afastados de suas funções. Professores temporários foram contratados para substituí-los. A UFSC calcula que já gastou quase R\$ 2 milhões em salários com professores parados e substitutos.

Procurada, a Polícia Federal disse que não comenta decisões judiciais.

A Ouvidos Mucos iniciou-se com a delegada Erika Marena, que antes de chegar em Santa Catarina, em 2017, participou da Lava Jato, em Curitiba. Ela foi a responsável pela prisão do reitor e dos professores e depois foi transferida para assumir a chefia da Superintendência da PF em Sergipe. Em seu lugar ficou o delegado Nelson Napp, que assinou o relatório final da Ouvidos Mucos.

Em 817 páginas, Napp descreve um suposto esquema de desvio de dinheiro de bolsas de estudo do ensino a distância. No centro da acusação estão indícios de que alguns professores combinavam a divisão em duas metades do trabalho e também da remuneração relativos às bolsas do programa Educação a Distância.

As defesas dos professores admitem que muitas vezes eles dividiam a bolsa em duas

partes para contemplar mais professores e trabalhos acadêmicos. Mas dizem que essa pode ser uma irregularidade administrativa, não um crime de desvio de dinheiro, como acusa a PF. Nunca houve, segundo eles, danos ao erário.

A Ouvidos Mucos indiciou 23 pessoas e o documento diz que Cancellier só não está entre eles porque morreu. O delegado Napp afirma que o reitor nomeou ou manteve em posição de destaque um grupo de professores que abastecia uma suposta política de desvios de verbas de bolsas de estudos na UFSC. Não há nas páginas do relatório provas de que Cancellier tenha sido beneficiado pelo suposto esquema criminoso.

Os desvios, segundo a investigação, aconteceram entre 2008 e 2016. Cancellier, porém, foi o único reitor incriminado pela Polícia Federal de Santa Catarina, apesar de ter assumido a direção da universidade apenas em maio de 2016. Os reitores que comandaram a UFSC nos oito anos em que a suposta quadrilha atuava, Alvaro Toubes Prata (2008 a 2012) e Roselane Neikel (2012 a 2016), não são alvo das acusações do delegado.

CONTINUA

12 SET 2018

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A relatora responsável por analisar o mandado de segurança em favor de Dalmau, Salise Monteiro Sanchotene, votou a favor do retorno do docente e foi seguida pelos desembargadores Luiz Carlos Canalli e Claudia Cristina Cristofani.

O advogado Adriano Tavares da Silva, que defende o professor da UFSC Adriano Tavares da Silva e Carla Martins, diz que Marcos Dalmau deverá reassumir seu cargo de professor assim que a universidade for notificada.

“Essa decisão vem reparar uma injustiça perpetrada contra o impetrante, que ficou impedido de exercer seu trabalho durante quase um ano, por conta da ilegalidade do afastamento indeterminado, sem mera previsão de formação de culpa, em face de uma marcha pré-processual confusa, retardatária e revestida de autoritarismo injustificável”, diz Silva.

JOSÉ EDUARDO FARIA

A banalização do habeas corpus

Ao entrar com pedido de habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4) com o objetivo de criar uma situação de fato que favorecesse um ex-presidente da República preso por ordem judicial, em julho, os idealizadores dessa estratégia agiram politicamente, uma vez que todos os recursos judiciais cabíveis na Corte já haviam sido rejeitados. Com seu ativismo estimularam a apresentação de mais de 250 pedidos padronizados de habeas corpus, nenhum deles acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Um mês depois, a defesa técnica do ex-presidente pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a retirada de um recurso em que pedia sua libertação, para evitar que sua inelegibilidade fosse julgada antes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Não analiso, aqui, o mérito da condenação do ex-presidente, mas a estratégia política e jurídica de sua defesa. E o ponto para o qual chamo a atenção está num risco que ela implica e não tem sido suficientemente discutido: o de banalizar o sistema de recursos processuais. Mais precisamente, o habeas corpus, instrumento decisivo na luta pela redemocratização do País, entre 1977 e 1978. Foram anos trágicos, em que Raymundo Faoro, então presidente da OAB, colocou o peso da entidade no esforço pelo restabelecimento do habeas corpus, para que cidadãos não fossem presos nas ruas sem identificação da autoridade e levados aos porões dos órgãos de repressão da ditadura militar para serem torturados. “O mínimo é a libertação do medo de que a Declaração dos Direitos Humanos fala. Essa é a condição mínima para a convivência

Quando recursos judiciais são banalizados, perde-se a noção de direitos

política. Quem vai verificar o habeas corpus é a magistratura, que queremos que seja independente, e não dependente do arbítrio do Ato Institucional n.º 5”, disse Faoro, em resposta ao convite que lhe fora formulado pelo governo Geisel para dialogar sobre uma eventual abertura política. “Não queremos que a coragem do juiz seja um atributo pessoal. Deve ser uma garantia da sociedade, da nação, atribuída a ele em benefício da própria comunidade. Para nós, isso é quase um dogma”, concluiu.

Na circumspecta simplicidade dessas declarações está implícito que a continuidade da luta pelo retorno à democracia deveria ser o objetivo prioritário da sociedade civil como padrão de convivência coletiva fundada nas liberdades públicas. Como o AI-5 era uma “pistola engatilhada”, afirmava Faoro, sem o restabelecimento do habeas corpus não havia condição para o início do diálogo proposto pelo governo. Quatro décadas depois, é possível afirmar que também estava implícita a consciência de Faoro de que tanto o Direito quanto a política têm seus paradoxos. No caso do Direito, ainda que intervenha nas relações sociais mais importantes, seus institutos e procedimentos parecem escapar ao conhecimento da maioria da sociedade. Fala-se muito em Direito, mas não se compreendem bem suas técnicas. No caso da política, enfatiza-se muito a importância de uma cidadania que decide, controla e estabelece metas e rumos, ao mesmo tempo que também se fala

muito em democracia. Seu funcionamento eficaz, porém, depende de atores que ela muitas vezes não é capaz de produzir.

Por isso, uma opinião pública que não conheça noções mínimas de Direito e não seja capaz de avaliar os políticos, antes de votar, pode ser instrumentalizada ou convertida em espectadora de uma política midiática, que manipula símbolos e se expressa por encenações, vivendo de evento em evento. A política midiática se deve ao fato de que é mais fácil para os eleitores fazer um juízo sobre pessoas do que sobre assuntos complexos, que pressupõem o conhecimento de regras, condicionantes socioeconômicos, determinantes culturais e fatores históricos. Nos juízos mais simples, comuns à política midiática, prevalecem o populismo e o maniqueísmo, sob a forma da indignação, do discurso moralizador e das narrativas da vitimização. Debates sobre temas como habeas corpus tendem a ser empobrecidos.

Decorrem daí os efeitos corrosivos das afrontas às instituições jurídicas por lideranças acostumadas não só a desqualificar seus adversários, mas também a reivindicar direitos cuja concessão implica sua negação aos grupos e partidos políticos rivais. Também decorre daí a instrumentalização dos recursos judiciais com o objetivo de travar e deslegitimar o processo político. De certo modo, isso ajuda a entender por que a ordem entre os Poderes da República foi subvertida ao longo dos anos, a ponto de o STF, órgão colegiado por princípio, ficar ao capricho das inclinações ideológicas e predileções políticas individuais dos ministros que a integram.

CONTINUA

12 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O equilíbrio dos Poderes, sem que um subjugue os outros, cedeu vez a um quadro de Poderes sob suspeição mútua. Aumentou a distância entre o legal e o legítimo na ordem jurídica.

A democracia é o regime no qual a divisão de direitos e deveres libera conflitos de interesse, ao mesmo tempo que propicia mecanismos de entendimento e de negociação que ajustam divergências e ajudam a construir soluções políticas legítimas. Na democracia, em cujo âmbito a política não pode ser entendida fora de um quadro de referências normativas, da hierarquia institucional e da impessoalidade nas relações de dominação, o desafio está na aprendizagem coletiva tanto do reconhecimento recíproco entre os atores políticos quanto do respeito às instituições de direito, uma vez que a instrumentalização político-eleitoral de suas regras dificulta – quando não torna inviáveis – as experiências possíveis de uma vida democrática comum. Não sei qual seria a posição de Faoro sobre a situação jurídica do ex-presidente preso. Creio que, provavelmente, ele criticaria sua condenação. Independentemente disso, é preciso não esquecer que quando recursos judiciais são banalizados, sob qualquer pretexto, perde-se a própria noção de direitos. E era justamente essa noção que Faoro tinha em mente há quatro décadas, quando enfrentou a ditadura para exigir o restabelecimento do habeas corpus.

●
PROFESSOR TITULAR DA
FACULDADE DE DIREITO DA USP
E PROFESSOR DA FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS (GVLAW)

12 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Beto Richa, mulher e irmão são presos

Ex-governador tucano e integrantes de seu governo foram alvo de operações do Ministério Público Estadual e da 53ª fase da Lava Jato

Ricardo Brandt

O ex-governador o Paraná e candidato ao Senado pelo PSDB Beto Richa foi preso ontem, em Curitiba. Alvo de duas operações policiais deflagradas simultaneamente – uma delas é a 53ª fase da Operação Lava Jato –, o tucano é suspeito de envolvimento em um esquema de corrupção, lavagem de dinheiro e fraude em licitações do setor de rodovias no Estado, durante seus dois governos, entre 2011 a abril de 2018.

A defesa do ex-governador Beto Richa informou que desconhecia “a razão das ordens judiciais proferidas”. “A defesa do ainda não teve acesso à investigação.” Richa, tem 28% das intenções de voto na corrida por uma vaga no Senado, atrás apenas do candidato do MDB, o também ex-governador Roberto Requião, 43%, segundo a última pesquisa Ibope.

Os policiais vasculharam seu apartamento e arquivos do Palácio Iguazu, a sede do governo estadual, em busca de provas para as Operações Radiopatrulha, do Ministério Público do Paraná, e Piloto, da Lava Jato. A primeira investiga desvios em contratos do programa Patrulha do Campo, do governo estadual, que promove o asfaltamento e obras em estradas rurais, e a segunda em uma parceria público privada com a Odebrecht para obra de duplicação da rodovia PR-323.

Ambas reuniram indícios de um suposto esquema de propinas no governo estadual com empreiteiras, que teria irrigado campanhas eleitorais e patrocinado o enriquecimento ilícito do tucano e seus aliados, segundo os investigadores. Grampos telefônicos, gravações feitas por um dos envolvidos, quebras de sigilos e delações premiadas fundamentam os pedidos de prisão e buscas, autorizados pelas Justiças Estadual e Federal.

Temporária. A prisão de Richa e de outras 14 pessoas foram decretadas pelo juiz da 13ª Vara Criminal Estadual, Fernando Fischer, a pedido do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público Estadual.

Ela é temporária – vale por cinco dias. Além dele, foram presos sua mulher, Fernanda Richa (ex-secretária da Família), o irmão José Richa Filho, o Pepe Richa (ex-secretário de Infraestrutura do Estado), seu ex-secretário de Assuntos Estratégicos Edson Casagrande, o ex-chefe de gabinete Deonilson Roldo, o ex-chefe do Cerimonial Ezequias Moreira, seu primo Luis Abi Antoun, seis empresários e dois advogados. Entre os empresários está Joel Malucelli, suplente do senador Álvaro Dias, candidato do Podemos à Presidência. Malucelli está na Itália. Todos alegam inocência.

O coordenador do Gaeco de Curitiba, Leonir Batisti, afirmou investigar “práticas de frau-

de a licitação, corrupção, lavagem de dinheiro e obstrução à Justiça.” Questionado sobre impactos da prisão na disputa eleitoral, ele disse que “não podemos parar nossos trabalhos por motivos dessa natureza.”

Coincidência. Às 6 horas, policiais civis chegaram à portaria do prédio da família Richa, em Curitiba e encontraram os agentes federais. Era a Operação Piloto. O nome é referência ao codinome usado pelo Setor de Operações Estruturadas – o departamento da propina – da Odebrecht para identificar Richa. A empresa confessou ter pago R\$ 4 milhões para o ex-governador em 2014 como contrapartida por ter sido beneficiada na licitação para a duplicação da PR-323.

Laudo da PF identificou provas do repasse de R\$ 3,5 milhões a “Piloto”, que tiveram como principal operador o empresário Jorge Theodoro Atherino, suspeito de ser um sócio oculto de Richa em negócios imobiliários. Atherino foi preso pela Lava Jato. O juiz federal Sérgio Moro decretou ainda a prisão preventiva de Deonilson Roldo e a temporária de Tiago Correa.

Ao autorizar a deflagração da Operação Piloto, Moro observou que o esquema investigado não “trata de um crime trivial”.

CONTINUA

12 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“O contexto não é de envolvimento ocasional em crimes de corrupção, mas da prática de crimes de grande corrupção e de complexas operações de lavagem de dinheiro.” As duas operações deflagradas ontem têm em comum as revelações do ex-diretor do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) do Paraná Nelson Leal Júnior, que virou delator. / COLABOROU EDSON FONSECA, ESPECIAL PARA O ESTADO

Defensores de acusados negam corrupção

● A defesa do ex-governador Beto Richa e de sua mulher, Fernanda, afirmou que não sabia a razão das ordens judiciais proferidas. “A defesa do ainda não teve acesso à investigação.” A reportagem não localizou os defensores de José Richa Filho, Luis Abi Antoun e dos ex-secretários Edson Casagrande e Ezequias Moreira. O advogado Roberto Brzezinski Neto, que defende Deonilson Roldo, afirmou que está analisando os autos e vai se pronunciar. A defesa do empresário Jorge Theodoro Atherino não foi localizada. O governo do Estado informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que “está colaborando com todas as investigações em curso”. A governadora Cida Borghetti ressalta que não aceita nenhum tipo de desvio de conduta dos seus funcionários. A empresa Ouro Verde e a empresa Cotrans negaram participação em ilícitos. / R.B. e E.F.

OPERAÇÕES

RADIOPATRULHA PRISÕES

Temporárias (total de 15):

- Beto Richa (candidato do PSDB ao Senado)
- Fernanda Richa (mulher de Beto e ex-secretária da Criança)
- Pepe Richa (irmão de Beto e ex-secretário de Infraestrutura)
- Ezequiel Moreira (ex-secretário de Cerimonial)
- Edson Casagrande (ex-secretário de Assuntos Estratégicos)
- Luiz Abib Antoun (primo de Beto Richa e suposto operador financeiro)
- Deonilson Roldo (ex-chefe de gabinete de Beto Richa)

Buscas

26 em quatro cidades no Paraná

Acusações

Organização criminosa, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, corrupção e obstrução da Justiça

Fatos

Direcionamento de licitações no programa Patrulha no Campo para manutenção de estradas rurais em benefícios de empresários entre 2012 e 2014, no primeiro mandato de Beto Richa

PILOTO PRISÕES

Preventivas (2):

- Deonilson Roldo (ex-chefe de gabinete de Richa)
- Jorge Theodoro Atherino

(suposto sócio de Beto Richa)

Temporária (1):

- Tiago Correa Adriano Rocha

BUSCAS

36 lugares em cinco cidades em três Estados

Acusações

Fraude em licitação, lavagem, evasão de divisas e corrupção

Fatos

Fraude em licitação para duplicação da PR-23 e recebimento de R\$ 3,5 milhões da Odebrecht

CONTINUA

12 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Empresário tem relações com os principais candidatos do Estado

Cerco a Joel Malucelli, que tem patrimônio de R\$ 2 bilhões e foi dono até de time de futebol, começou com Moro

O cerco judicial ao empresário Joel Malucelli constrange os principais políticos que disputam o governo do Paraná. Ele começou em março, quando o juiz federal Sérgio Moro autorizou buscas na casa do economista e ex-deputado federal Delfim Netto. Era a 49.^a fase da Operação Lava Jato (Buona Fortuna). Ela apurava o suposto pagamento de propina de empreiteiras para Delfim em razão das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Para a Procuradoria da República o dinheiro da propina teria saído de empreiteiras, entre elas a J. Malucelli. A empresa com o nome do fundador é uma das 74 do grupo de Malucelli, cujo patrimônio é avaliado em R\$ 2 bilhões. Ele, que começou sua fortuna alugando tratores para produtores rurais e é dono ainda de um banco, hotéis e de negócios nas áreas de seguros e energia.

Tinha até clube de futebol, o J. Malucelli, que fechou as portas no ano passado. Joel Malucelli se afastara da direção do grupo fundado em 1966 em 2013 – foi substituído pelo filho Alexandre. Na política, tornou-se candidato a suplente de senador de Alvaro Dias (Podemos), em 2014. Em 2017, trocou o PSD pelo partido de Dias e se tornou presidente da legenda no Estado.

Após as buscas determinadas por Moro, Joel Malucelli se viu de novo às voltas com a Justiça em junho em razão da delação do ex-superintendente de Fundos de Investimento da Caixa Carlos Roberto Madoglio, na Operação Greenfield. Ele acusou o empresário de lhe ter pedido os dados de sua conta bancá-

ria no exterior para depositar R\$ 500 mil em troca de favores à J. Malucelli Energia. O empresário negou a acusação e pediu ao Senado que fosse licenciado da função de suplente de Dias.

Agora, a acusação contra ele na Operação Radiopatrulha – e a decretação de sua prisão ao lado de Beto Richa (PSDB) – pode respingar em outros políticos. O candidato a vice-governador na chapa de Cida Borghetti, Coronel Malucelli (PMN), é primo do empresário, que está na Itália, com volta prevista para o Brasil no dia 24. Joel é ainda sogro do candidato do MDB ao governo do Paraná, João Arruda. No Estado, seu colega de partido Alvaro Dias apoia a candidatura de Ratinho Junior (PSD) ao governo – Ratinho foi secretário de Richa.

Vídeo. Em vídeo, a governadora Cida Borghetti disse não ter envolvimento e nem participação nos fatos investigados. “Cada um responde pelos seus atos.” João Arruda não comentou a relação com Malucelli, mas defendeu, em nota, a continuidade das investigações. Ratinho Junior afirmou que “quem fez coisa errada tem que ser punido”.

Em São Paulo, Alvaro Dias disse que Joel “foi indicado numa coligação e, assim que foi citado, protocolou na Mesa do Senado o pedido de afastamento”. “Foi um gesto que reputo de grandeza. Espero que ele tenha explicações sobre o que está ocorrendo, saiba se defender e possa ser absolvido. Mas o rigor da lei deve ser para todos”. / KATNA BARAN e MARCELO GODOY

STF rejeita denúncia contra Bolsonaro

Julgamento foi desempatado por Alexandre de Moraes; candidato era acusado de racismo

Rafael Moraes Moura
Amanda Pupo
Tó Cury | BRASÍLIA

Por 3 a 2, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu ontem rejeitar denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República contra o candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, pelo crime de racismo. O julgamento foi concluído com o voto decisivo do presidente do colegiado, Alexandre de Moraes, que desempatou o placar.

O julgamento sobre o recebimento ou não da denúncia de Bolsonaro começou no dia 28 de agosto, antes do atentado em Juiz de Fora (MG) contra o candidato, mas foi interrompido na época por um pedido de vista (mais tempo para análise) de Alexandre de Moraes.

Dos cinco ministros da Primeira Turma, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber se posicionaram a favor do recebimento da denúncia e da abertura de uma ação penal contra o deputado.

Por outro lado, os ministros Marco Aurélio Mello, Luiz Fux e Alexandre de Moraes votaram contra o recebimento da denúncia, formando a maioria contra a abertura de ação penal para aprofundar as investigações.

(Vulgaridade)

“Não tenho dúvida sobre a grosseria, a vulgaridade, o total desconhecimento da realidade nas declarações que foram feitas pelo denunciado (Bolsonaro).

Quando se refere de maneira pejorativa, crítica, uma crítica ácida, grosseira, vulgar, desconhece a realidade dos quilombos.”

Alexandre de Moraes

MINISTRO DO STF

“Não tenho dúvida sobre a grosseria, a vulgaridade, o total desconhecimento da realidade nas declarações que foram feitas pelo denunciado (Bolsonaro). Quando se refere de maneira pejorativa, crítica, uma crítica ácida, grosseira, vulgar, desconhece a realidade dos quilombos”, disse Moraes. “Apesar da grosseria, do desconhecimento das expressões, não me parece que a conduta do denunciado tenha extrapolado os limites da sua liberdade de expressão”, concluiu o ministro.

A Procuradoria-Geral da República acusava o parlamentar de, em palestra realizada no Clube Hebraica do Rio de Janeiro no ano passado, se manifestar de modo negativo e discriminatório sobre quilombolas, indígenas, refugiados, mulheres e LGBTs.

Na palestra, Bolsonaro disse: “Alguém já viu um japonês pedindo esmola por aí? Porque é uma raça que tem vergonha na cara. Não é igual essa raça que tá aí embaixo ou como uma minoria tá ruminando aqui do lado”. Na ocasião, o deputado também afirmou que visitou um quilombola em Eldorado Paulista, onde “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano gastado com eles.”

Contexto. Na avaliação de Moraes, “por mais grosseiras e desrespeitosas” que tenham sido, as declarações de Bolsonaro “foram dadas num contexto de crítica política a instrumentos governamentais e políticas governamentais realizadas em relação a quilombolas e refugiados”. “As frases grosseiras, vulgares, desrespeitosas, com desconhecimento de causa, quem deve analisar é o eleitor. Quem deve analisar é o cidadão”, ressaltou o ministro.

“Suas declarações, principalmente as mais grosseiras, vulgares, em momento algum tiveram o intuito objetivo de negar o sofrimento ou ser contra o sofrimento causado aos negros e seus descendentes pela escravidão”, pontuou Moraes.

No mês passado, o ministro Luís Roberto Barroso alegou que “arrobas e procriador são termos usados para se referir a bichos”. “Portanto, eu penso que equiparar pessoas negras a bichos eu considero, em tese, para fins de recebimento de denúncia, um elemento plausível da violação do artigo 20 (da lei 7.716, que prevê pena de um a três anos e multa por discriminação ou preconceito de raça)”, observou.

Barroso ainda destacou outra fala de Bolsonaro, sobre homossexuais. O parlamentar disse: “Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí.

CONTINUA

12 SET 2018

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Para mim ele vai ter morrido mesmo. Não vou combater nem discriminar, mas, seu vir dois homens se beijando na rua, vou bater.”

Estupro. Bolsonaro é réu em duas ações penais, pelos crimes de injúria e incitação ao crime de estupro, após ter declarado que não estupraria a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) “porque ela não mereceria”.

COLUNA DO ESTADÃO

● **Aprovado.** Em palestra no início deste ano, o advogado Zanone Oliveira Junior, defensor do agressor de Jair Bolsonaro, disse que o TJ mineiro é uma “vergonha” por partir da consideração de que os acusados são sempre culpados.

● **Tá gravado.** “Se matou a pedradas, a facadas, o ônus é de quem alega, seja o MP ou uma ação penal privada”, disse à época.

● **Não é bem assim.** Procurado pela *Coluna*, Zanone ajustou a fala. “Algumas decisões isoladas invertem o ônus da prova e, infelizmente, acabam envergonhando o TJ-MG”, comentou.

12 SET 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Beto Richa é preso em operação da Gaeco

Em outra operação, da Lava Jato, ex-chefe de gabinete de Richa é preso

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná, deflagrou ontem a Operação Radiopatrulha que tem por objetivo investigar irregularidades no programa Patrulha do Campo, lançado pelo então governador do Paraná Beto Richa, no período 2012-2014.

Entre os presos, estão o ex-governador do Paraná Beto Richa e sua mulher Fernanda, ex-secretários de governo e empresários.

As ações da Gaeco ocorreram em "16 residências, quatro escritórios, um escritório político, quatro empresas e na sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná. Os mandados foram emitidos pelo Juízo da 13ª Vara Criminal de Curitiba apurando-se indícios de direcionamento de licitação para beneficiar empresários

e pagamento de propina a agentes públicos, além de lavagem de dinheiro e obstrução da Justiça".

O empresário Joel Malucelli também é alvo da operação que prendeu o ex-governador. Até o fechamento desta edição, Malucelli ainda não havia sido preso.

Lava Jato

Também na manhã de ontem, a Polícia Federal deflagrou a Operação Piloto, a 53ª fase da Lava Jato, que investiga o envolvimento de funcionários públicos e empresários com a empreiteira Odebrecht no favorecimento de licitação para obras na rodovia estadual PR-323.

Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete do então governador do Paraná Beto Richa, é um dos alvos de prisão. Também foram presos, "Jorge Theodócio Atherino, empresário apontado como

operador financeiro do ex-governador; e Tiago Correia Adriano Rocha, indicado como braço-direto de Jorge, e responsável por diversas transações financeiras dos empreendimentos do executivo".

Cerca de 180 policiais federais cumprem 36 ordens judiciais, entre eles, dois de prisão preventiva, um de prisão temporária e 33 de busca e apreensão em endereços no Paraná, em São Paulo e na Bahia. Os policiais apuram denúncias de corrupção ativa e passiva, fraude à licitação e lavagem de dinheiro. "O objetivo é aprofundar as investigações sobre a prática de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e fraude à licitação referentes à duplicação da PR-323, favorecendo a empresa Odebrecht", diz nota divulgada pelo Ministério Público Federal (MPF).

12 SET 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juízes não ganham "em excesso", diz ministra Cármen Lúcia

Juízes não ganham "em excesso", diz Cármen Lúcia

Em sua última sessão como presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), ressaltou algumas de suas iniciativas à frente do órgão, dentre as quais destacou a transparência dada em relação aos salários dos magistrados brasileiros. Ela afirmou que os juízes recebem salários justos.

"A transparência aumentou até mesmo para que o cidadão soubesse. No que se diz que juízes ganham em excesso, não ganham. E está aí a comprovação pela transferência que foi dada às informações sobre as remunerações de todos nós brasileiros de forma permanente", afirmou ela, em referência à iniciativa por meio da qual o CNJ mantém em seu portal as planilhas com os vencimentos dos magistrados em todos os tribunais do país.

No mês passado, os ministros do Supremo decidiram encaminhar ao Congresso proposta de aumento de 16,38% em seus próprios salários.

JORNAL DO ÔNIBUS

Juízes não ganham "em excesso", diz Cármen Lúcia

Em sua última sessão como presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), ressaltou algumas de suas iniciativas à frente do órgão, dentre as quais destacou a transparência dada em relação aos salários dos magistrados brasileiros. Ela afirmou que os juízes recebem salários justos.

"A transparência aumentou até mesmo para que o

cidadão soubesse. No que se diz que juízes ganham em excesso, não ganham. E está aí a comprovação pela transferência que foi dada às informações sobre as remunerações de todos nós brasileiros de forma permanente", afirmou ela, em referência à iniciativa por meio da qual o CNJ mantém em seu portal as planilhas com os vencimentos dos magistrados em todos os tribunais do país. ●

Beto Richa está preso por investigação estadual

Gaeco apura licitações no programa de patrulhas rurais

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado de Curitiba (Gaeco) prendeu nesta terça-feira o ex-governador Beto Richa (PSDB) e mais 13 pessoas na Operação "Rádio Patrulha". Um dos mandados de prisão não foi cumprido porque o empresário Joel Malucelli não foi localizado. Os policiais cumpriram 26 mandados de busca e apreensão nas cidades de Curitiba, Londrina, Santo Antônio do Sudoeste e Nova Prata do Iguçu. O Ministério Público investiga o direcionamento de licitações no programa do governo estadual Patrulha no Campo.

O coordenador do Gaeco de Curitiba, Leonir Batisti, afirmou que as investigações estão sob sigilo e não iria revelar mais detalhes sobre os pedidos de prisão. "As prisões foram realizadas para preservar os inte-

Manifestações das defesas dos acusados

Em nota a assessoria do empresário afirma que as acusações são injustas e ele nega qualquer irregularidade. Ressalta ainda que sempre esteve à disposição das autoridades para esclarecimentos. A nota diz ainda que em 2012 se desligou das atividades e rotinas da empresa fundada por ele e se encontra em férias, fora do país, aguardando orientação de seus advogados, que ainda não foram notificados oficialmente sobre a operação. Os advogados de defesa do ex-governador Beto Richa afirmam que pretendem conhecer as ordens judiciais proferidas e que não tiveram acesso à investigação do Gaeco.

A assessoria de imprensa do grupo Ouro Verde encaminhou uma nota informando que "no curso ordinário de seus negócios, prestou serviços de locação de máquinas e equipamentos pesados ao Estado do Paraná durante o período de abril de 2013 a julho de 2015 após se sagrar vencedora em processo licitatório público e que cumpriu todas as suas obrigações legais no âmbito de tal contratação, inclusive havendo atualmente cobrança judicial contra o Estado por valores não pagos, apesar dos serviços prestados"

A assessoria jurídica da empresa Cotrans disse que não teve acesso ao teor do processo e soube da citação da empresa através da imprensa. Informou ainda que não houve nenhum procedimento de busca e apreensão no local.

resses da investigação. Posso dizer apenas que investigamos as práticas de fraude a licitação, corrupção, lavagem de dinheiro e obstrução à Justiça", disse Batisti.

Além do ex-governador foram presos a ex-secretária da Criança Fernanda Richa, mulher de Beto; o ex-secretário da Infraestrutura José Richa Filho, irmão de Beto; o ex-secretário de Cerimonial Ezequias Moreira; o ex-secretário de Assuntos Estratégicos Edson Casagrande; o primo de Beto Luiz Abib Antoun; os empresários Celso Frare; Aldair W. Petry; Dirceu Pupo; Emerson Cavanhaço e Robinson Cavanhaço; os advogados Túlio Bandeira e André Felipe Bandeira. Também foi decretada a prisão do ex-chefe de gabinete de Richa Deonilson Roldo, que coincidentemente foi preso nesta terça-feira pela Operação Lava Jato. ■

Ex-chefe de gabinete é detido pela Lava Jato

A 53ª fase da Operação Lava Jato prendeu nesta terça-feira (11) o ex-chefe de gabinete do ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB), Deonilson Roldo e o empresário Jorge Theodócio Atherino, apontado como "operador financeiro" de Richa; e Tiago Correia Adriano Rocha, indicado como braço-direito de Jorge. Eles foram presos por suspeita de pedir propina em licitação de obra na PR-323, em 2014.

De acordo com o delegado da Polícia Federal, que atua na Operação Lava Jato, Felipe Ayashi, foram

realizados outros pedidos de prisão preventiva, mas o juiz Sérgio Moro, entendeu que por hora seriam necessárias apenas as três prisões.

A denúncia do MPF aponta que Roldo teria pedido R\$ 4 milhões de propina à Odebrecht, para que a empresa ficasse com a obra de duplicação da PR-323, entre os municípios paranaenses de Francisco Alves e Maringá. Para que a empreiteira ficasse com a obra, o ex-chefe de gabinete teria feito uma interferência pessoal junto à empresa Contern, também interessada na obra. ■

12 SET 2018

METRO

Casal é levado ao CMP, mas TJ determina troca

Depois de uma audiência de custódia, ontem, Beto Richa e Fernanda foram levados para o CMP (Complexo Médio Penal) em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. Segundo o Depen-PR (Departamento Penitenciário do Estado do Paraná), Beto dividiria a ala com os detentos da Lava Jato, e sua esposa Fernanda Richa iria ficar na ala feminina do CMP.

Já de noite, no entanto, uma decisão do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) determinou que ambos fossem levados ao Regimento da Polícia Montada, no Tarumã, em Curitiba.

Eles cumprem prisão temporária de cinco dias, que pode ser prorrogada por mais cinco ou tornada preventiva, em que não é previsto prazo de soltura.

Também foram levados ao CMP o irmão de Beto, Pepe Richa, ex-secretário de infraestrutura, e o ex-secretário de cerimonial Ezequias Moreira.

A defesa do ex-governador entrou com um habeas corpus para libertá-lo, mas o pedido ainda não havia sido julgado até o fechamento desta edição. **METRO CURITIBA**

12 SET 2018

BEMPARANÁ

Beto Richa, Fernanda e aliados são presos pelo Gaeco

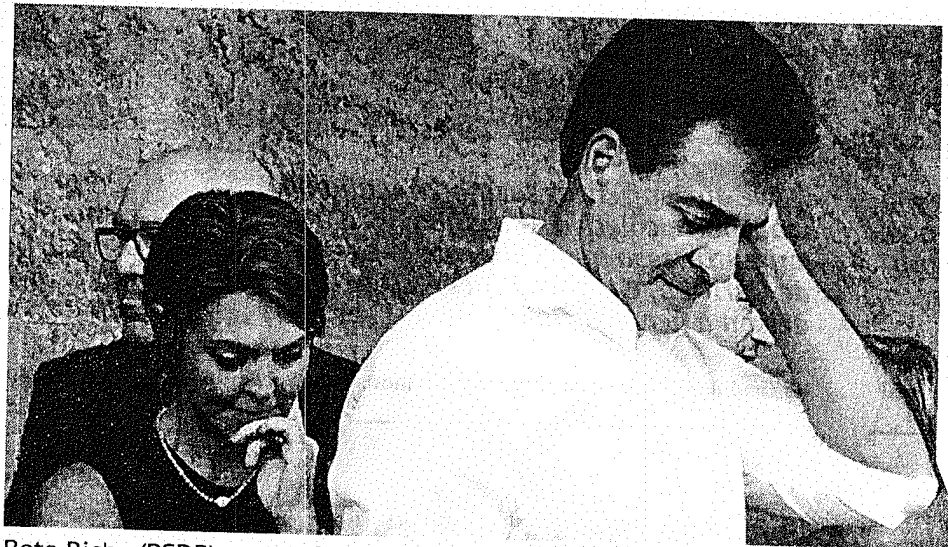
Ex-governador é alvo de duas operações que investigam corrupção em obras de estradas

Narley Resende

O ex-governador e candidato ao Senado, Beto Richa (PSDB) e sua esposa, a ex-secretária de Estado da Família, Fernanda Richa, foram presos ontem, em uma operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público Estadual, que investiga desvio de recursos e lavagem de dinheiro no programa "Patrulha do Campo", de manutenção de estradas rurais. No mesmo dia, o ex-chefe de gabinete de Richa, Deonilson Roldo, foi preso pela Polícia Federal na 53ª fase da operação Lava Jato, denominada "Operação Piloto", que investiga o pagamento de propina pela Odebrecht ao grupo do ex-governador em troca de favorecimento em uma licitação para obras na rodovia PR-323. No início da noite, o desembargador Laertes Ferreira Gomes, do Tribunal de Justiça, negou um pedido de habeas corpus para libertar Richa, mas determinou a transferência do ex-governador do Complexo Médico Penal de Pinhais para o regimento da Polícia Montada.

Além de Roldo, foram presos ainda Jorge Theodócio Atherino, conhecido como "Grego", empresário apontado como operador financeiro do ex-governador; e Tiago Correia Adriano Rocha, indicado como braço-direito de Atherino. A Lava Jato também cumpriu 33 mandados de busca e apreensão, um deles na casa de Richa.

Na Operação "Radio Patrulha", além de Beto e Fernanda Richa, foram presos Pepe Richa, irmão do ex-governador e ex-secretário de Infraestrutura; Ezequias Moreira, ex-secretário de Cerimonial; Luiz Abib Antoun, primo de Richa; Celso Frare, empresário da Ouro Verde; Aldair W. Petry; Dirceu Pupo, contador; Emerson Savanhago, empresário; Robinson Savanhago, empresário; e Túlio Bandeira. Também foram alvos de mandados de prisão, mas não foram encontrados, Edson Casagrande, ex-secretário de Assuntos Estratégicos; Joel Malu-



Beto Richa (PSDB): operações também atingiram ex-chefe de gabinete e irmão

celli, empresário e dono da J.Malucelli; André Felipe Bandeira; e Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete do ex-governador.

Segundo o MP, a operação "Rádio Patrulha" investiga o pagamento de propina a agentes públicos, direcionamento de licitações de empresas, lavagem de dinheiro e obstrução da Justiça. Os mandados foram expedidos pelo juiz da Fernando Fischer, da 13ª Vara Criminal de Curitiba.

Sistema - A investigação é fruto de delação premiada do ex-diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR) Nelson Leal Junior, preso na Operação Integração, 48ª fase da Lava Jato. Além de esquemas sobre obras em estradas, Leal Junior falou que haveria um esquema de "corrupção sistêmica" com cobrança de propina de 1% a 3% em contratos do governo com empresas que mantêm negócios com o Porto de Paranaguá, Sanepar, Receita Estadual e Fomento Paraná. "O governo do Estado do Paraná possuía um esquema sistêmico de arrecadação de vantagem indevida junto a diversas empresas que possuíam contratos com o Poder Público", registra o termo da

delação. O dinheiro desviado serviria para bancar campanhas eleitorais de Richa e seu grupo, através de caixa 2, e também para enriquecimento ilícito.

Defesa - A advogada Antônia Sanches, que defende Beto Richa, afirma que o ex-governador sempre se dispôs a prestar esclarecimentos à Justiça. Defendeu que não há motivos para a prisão, especialmente em período eleitoral. "A indignação dele diante deste tratamento, deste desrespeito enquanto governador, enquanto homem público que sempre pautou as atuações dele de forma regular", disse.

A assessoria de Joel Malucelli afirmou que as acusações são injustas, que ele nega qualquer irregularidade e que sempre esteve à disposição das autoridades para esclarecimentos. Segundo a assessoria, "Joel Malucelli se desligou, em 2012, das atividades e rotinas da empresa fundada por ele e que está de férias fora do país aguardando orientação dos advogados". O advogado Roberto Brzezinski, que defende Deonilson Roldo, disse que considera a prisão desnecessária porque o cliente sempre colaborou com a Justiça.

12 SET 2018

BEMPARANÁ

RELATÓRIO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sistema prisional do Paraná possui déficit de 4.744 vagas, mostra relatório

Na madrugada de ontem, 29 presos fugiram da Penitenciária Estadual de Piraquara em ação cinematográfica

Rodolfo Luis Kowalski

O sistema penitenciário do Paraná está superlotado. De acordo com relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), divulgado ontem, o estado possui um déficit de 4.744 vagas. Ao todo, são 26.534 pessoas privadas de liberdade no estado, das quais 20.618 estão no sistema prisional do Estado e outras 5.916, em delegacias de polícia estaduais. O déficit de vagas, inclusive, é maior justamente nas delegacias (3.432 contra 1.312).

O relatório, produzido pela Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP/CNMP), foi produzido a partir de uma série de visitas ao estado cujo foco primordial foi o controle externo da atividade po-

licial e o cumprimento pelo Ministério Público local da Resolução CNMP nº 20/2007. Entre as falhas apontadas pelos especialistas, está o fato de 83,33% das delegacias apresentarem presos condenados com trânsito em julgado da sentença condenatória e o percentual de 96,43% das delegacias de polícia civil possuírem inquéritos policiais em trâmite há mais de dois anos.

Ademais, também foi ressaltada a dificuldade do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) para “identificar as unidades policiais que se encontram em efetivo funcionamento, assim como para sanar as incorreções de nomenclatura ou de não funcionamento de unidade policial inserida no banco de dados do Sistema de Resoluções CNMP.”

Fuga de Piraquara — Na madrugada de ontem, inclusive, foi registrada a fuga de presos de alta periculosidade da Penitenciária Estadual de Piraquara (PEP 1), na região metropolitana de Curitiba (RMC). A ação, que terminou com 29 detentos fugidos, foi cinematográfica, com vários veículos queimados nas rodovias e estradas de acesso à penitenciária (como a BR-376, a PR-151 e a BR-116) para evitar a passagem de policiais. Durante a madrugada, ainda foram ouvidas várias explosões. De acordo com o Departamento Penitenciário do Paraná (Depen), a cerca de 40 homens fortemente armados ajudaram na fuga dos presos. Com capacidade para 647 detentos, a penitenciária abrigava, segundo o CNMP, 701 pessoas.

BEMPARANÁ

JÔNATAS PIKIEL

A CONDUTA E O DIREITO PENAL

Crime organizado também no Paraná

12 SET 2018

Na manhã de ontem, foi deflagrada pelo Gaeco e pela Polícia Federal uma operação que resultou na prisão de várias “figuras ilustres do Paraná”, conhecidas pelo povo e que, a exemplo do ex-governador Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, terão que responder às acusações que foram apresentadas pelo Ministério Público, federal e estadual, em processos judiciais que só se iniciara, e que devem durar por longos anos. Até que as coisas se esclareçam, com base no “contraditório e na ampla defesa”, muitas reputações, até de mortos, serão manchadas pelo constrangimento e pelas cores da corrupção.

Muitas vezes, em casos como esses, que terão o rito demorado e contraditório das versões que serão construídas para desconstruir as acusações do Ministério Público, os danos que são causados são maiores para as próprias famílias e para a memória dos antepassados do que para a dos próprios acusados. Até porque, ninguém pode ser considerado culpado até que se prove ao contrário, por meio de sentença penal condenatória, transitada em julgado.

Mas, até que esta sentença venha, os estragos para a honra e para o patrimônio dos acusados, ainda que o patrimônio não seja deles próprios, são de grande monta, e muitas vezes irreversíveis. O caminho é longo, as teses de defesa são construídas com base na presunção de inocência. O Ministério Público, responsável pela acusação tem a árdua tarefa de provar os fatos imputados, enquanto os acusados, em situações como estas, já com a honra e o passado enlameados, inclusive de seus antepassados, que trabalharam para construir a reputação da família, vão se dizer vítimas de perseguições políticas. De vontades contrariadas, e de que tudo está ocorrendo porque lutaram nos seus governos contra a corrupção e os privilégios.

A história recente no país não tem demonstrado ser verdadeira esta tese de defesa. Não porque onde há fumaça há fogo, mas porque o país atravessa uma crise moral sem precedentes e sem que ninguém presume onde vai parar. O interessante é que as instituições estão funcionando e o estado de direito é observado. Tanto é que as decisões de primeiro grau são mantidas, via de regra, pelos tribunais, quando não as condenações até aumentam de tamanho.

Como temos visto, a situação dos acusados, em particular quando fora do poder, se agravam porque as acusações vão se comprovando e o conjunto dos criminosos que participam da organização vai aos poucos “abrindo a boca”, e o novelo vai se desfazendo... Daí fica difícil e o produto do crime, quando não retomado pela Justiça, vai de exaurindo pelo custo das defesas, onde não se contratam, via de regra, os melhores profissionais, mas aqueles que emprestam à causa as suas reputações e seu sucesso...

*O autor é advogado criminalista
(jõnataspikiel@terra.com.br)

BEMPARANÁ

#HÉLIO DUQUE

Equívoco supremo do ministro

12 SET 2018

A sociedade brasileira, parodiando o imortal romance de Dostoiévski, “Humilhados e Ofendidos”, vive um momento de recorrentes humilhações. E os grandes responsáveis são os integrantes dos poderes constituídos. A degradação de valores e interpretações equivocadas da realidade vem gerando situação de muitos patrícios acreditarem que chegamos ao limite de uma sociedade em que não deva prevalecer os valores civilizatórios. A irresponsabilidade vem se expandindo com velocidade incomum. A inteligência está sendo subestimada por ações desastradas dos integrantes dos poderes constitucionais.

A mais recente demonstração dessa crise de valores foi dada por um ministro do Supremo Tribunal Federal. Na falsa polêmica de um político preso e o seu direito de participar do processo político, o ministro Edson Fachin defendeu que o apenado tenha o direito de fazer campanha eleitoral da sua cela prisional. Pelo seu voto, a constitucionalidade de uma nação soberana deveria estar subordinada às recomendações de organismos administrativos internacionais. As leis brasileiras não são apêndices de legislações além-fronteiras, o que subverteria a independência nacional.

No seu voto, o ministro paranaense defendeu a recomendação do Comitê de Direitos Humanos da ONU, com sede em Genebra, que reúne peritos independentes em número de 18 integrantes. Não tem poder nos seus relatórios de impor nada a nenhum país, por não representar os Estados. E o mais grave: o relatório foi assinado por apenas 2 integrantes da Comissão e que ignorou a representação permanente do Brasil em Genebra. Destituído de poder jurisdicional, o Comitê é apenas um órgão administrativo. Como bem ressaltou o ministro Luiz Roberto Barroso, do STF, no seu voto, por não ter efeito vinculante suas recomendações não tem poder de se sobrepor às leis nacionais. Não obstante, os advogados do réu insistirem na chicana jurídica, o Comitê de Direitos Humanos da ONU é apenas um órgão de assessoramento. O órgão máximo da ONU, nessa área, é o Alto Comissariado de Direitos Humanos que tem como membros representantes dos Estados. No seu voto, o ministro Edson Fachin ignorou essa diferença fundamental normatizada naquele organismo internacional. Felizmente a maioria dos ministros integrantes do Tribunal Superior Eleitoral, desconsiderou a inoportuna e sem eficácia recomendação do Comitê de Direitos Humanos da ONU. Com isso, impediu que a insegurança jurídica e o tumulto político se fizesse presente nas eleições brasileiras.

É importante saber que, no direito internacional, as únicas decisões vinculantes aos Estados membros da ONU são adotadas pelo seu Conselho de Segurança, definido no capítulo VII, artigos 39 e 51 da Carta das Nações Unidas, que trata da “Ação Relativa a Ameaças à Paz e Atos de Agressão”. Ex-diretor da Assembléia Geral e do Conselho de Segurança da ONU, Gilberto Schlittler, ante o “imbróglio brasileiro”, afirmou: “É surpreendente que um ministro do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal use como razão para seu voto negativo do julgamento do Sr. Luiz Inácio da Silva uma recomendação do Comitê de Direitos Humanos cuja função é assessorar os órgãos da ONU, constituído por representantes dos Estados-membros. Ou o ministro em questão desconhece o Direito Internacional, o que é inadmissível, ou julga de acordo com o seu viés ideológico (“O Estado de S.Paulo”, 3-9-2018).

Felizmente a decisão do TSE, por 6x1, ao não se submeter constitucionalmente a um órgão administrativo de “assessoramento” da ONU, impediu que o Estado brasileiro abdicasse da sua soberania. O presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ministro João Otávio de Noronha, sintetizou: “Este País não é uma colônia. Quem interpreta e julga o brasileiro soberanamente é a Justiça brasileira”.

Hélio Duque é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi Deputado Federal (1978-1991). É autor de vários livros sobre a economia brasileira